



ESTADO DE SANTA CATARINA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CONCÓRDIA
GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

CONVÊNIO 2016TR1677, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO
DE SANTA CATARINA, POR MEIO
DA AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DE CONCÓRDIA E PREFEITURA
MUNICIPAL DE PRESIDENTE
CASTELO BRANCO

PROCESSO nº ER06784168

O Estado de Santa Catarina, por meio da **Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.585.919/0001-08, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo, **Sr. Wagner Luis Bee**, CPF nº 006.512.639-48, Carteira de Identidade nº 3.188.546, expedida pela SSP/SC, em 01.04.2015, residente e domiciliado na Rua Romano Anselmo Fontana nº935 – Bairro Centro cidade de Concórdia, denominado **CONVENENTE**, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. Claudio Sartori** CPF nº 196.385.159-53, residente na Linha Salto da Praia, cidade de Presidente Castelo Branco resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO nº 2016TR1677**, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas suas alterações posteriores, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei nº 16.292, de 20 de dezembro de 2013, no Decreto nº 127, de 30 de março de 2011 e na Instrução Normativa IN TC – 14, de 22 de junho de 2012 e Decreto 505 de 09 de dezembro de 2015, visando à transferência de recursos financeiros para ações de construção da terceira etapa do centro de lazer, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO E DA FINALIDADE

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Convênio visa à transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Construção da Terceira Etapa do Centro de Lazer - 320m², conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo **Convenente** e aprovada pelo **Concedente**, doravante denominada de Plano de Trabalho (Anexo I), a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição

DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo do **CONCEDENTE** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em seis parcelas, e **CONVENENTE** isenta de contrapartida financeira. (Decreto nº505/2015).

CLÁUSULA TERCEIRA – Os recursos serão destinados pelo **CONCEDENTE** na seguinte classificação orçamentária: 410094 – 011106– 0.161 – 44.40.42.02 – Grupo 08

SUBCLÁUSULA ÚNICA. O pré-empenho nº 210 foi realizado em 27.06.2016;

CLÁUSULA QUARTA – Programa Transferência e empenhamento da despesa:



Programa Transferência	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Nota de Empenho		
			Número	Data	Valor(es) em R\$
2016006080	0.161	44.40.42.02	468	28.06.2016	150.000,00

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

CLÁUSULA QUINTA - O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. providenciar a publicação do Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado como condição de validade e eficácia;
- II. transferir os recursos financeiros para a execução do Convênio, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;
- III. acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio por meio de visita in loco registrando todas as ações no Módulo de Transferências do SIGEF; acompanhamento e fiscalização do objeto, tais como: contato telefônico, solicitação de fotos ou outros documentos, visitas ao local a fim de verificar a execução do objeto conveniado.
- IV. analisar as prestações de contas parciais e final no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das contas conforme norma aplicável;
- V. realizar visitas *in loco* para verificar se a finalidade pactuada foi atingida, e adotar demais providências administrativas no caso de o conveniente não enviar as respostas ao(s) questionário(s) (Anexo II);
- VI. avaliar e conferir a veracidade das respostas fornecidas pelo conveniente no(s) questionário(s) (Anexo II);
- VII. comunicar à Diretoria de Auditoria Geral quando não forem respondidos os questionários pelo conveniente e/ou os casos de não atendimento da finalidade pactuada;
- VIII. comunicar ao conveniente e ao interveniente, se houver, quando constatada irregularidade de ordem técnica ou legal e suspender a transferência de recursos até a regularização;
- IX. prestar orientação técnica ao conveniente; e
- X. outras obrigações decorrentes do Decreto nº 127/11.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

CLÁUSULA SEXTA - O CONVENIENTE se obriga a:

- I. realizar somente as despesas previstas no Plano de Trabalho (Anexo I) e durante o período de vigência do Convênio;
- II. utilizar os recursos nas finalidades pactuadas;
- III. regularizar o processo de abertura e ativação da conta corrente junto ao Banco do Brasil mediante apresentação de:
 - a. cópia do Convênio firmado pelas partes;



- b. documentos exigidos pelo Banco do Brasil para abertura e ativação da conta corrente, conforme normas do banco;
 - c. autorização de aplicação dos recursos financeiros em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou, operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal; e
 - d. autorização de fornecimento de extratos e transmissão de arquivos, ao Governo do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, contendo informações sobre a movimentação financeira da conta corrente para fins de fiscalização, análise dos dados e disponibilização das informações no Portal SCtransferências.
- IV. depositar e movimentar todos os recursos destinados ao Convênio em conta bancária única e específica, por meio de transferência eletrônica (TED/DOC) e de transação eletrônica de pagamento de fatura de água, energia elétrica, telefone, gás, e de guias com encargos tributários incidentes sobre obras e serviços;
- V. não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- VI. executar as despesas observando as disposições previstas na Lei (federal) nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei (federal) nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo que para a aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o emprego da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica. A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser justificada pela autoridade competente
- VII. disponibilizar ao público o extrato do Convênio contendo o objeto, a finalidade, os valores, as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, em sua sede, no local da execução do objeto e em seu sítio oficial na *internet*, se houver;
- VIII. solicitar, quando necessário, alterações por meio de aditivo ou apostilamento, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência do instrumento, com a devida justificativa;
- IX. realizar aplicação financeira dos recursos recebidos, enquanto não empregados na sua finalidade, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda;
- X. prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida na forma estabelecida pelo Capítulo XIV do Decreto nº 127/2011;
- XI. enviar as respostas do questionário de avaliação do cumprimento da finalidade do Convênio (Anexo II) no prazo de apresentação da prestação de contas final;
- XII. manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, identificada com o número do Convênio, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data da decisão definitiva do Tribunal de Contas do Estado nos processos de prestação ou tomada de contas do ordenador de despesa do concedente, relativa ao exercício da concessão.
- XIII. incluir regularmente no Módulo de Transferências do SIGEF as informações exigidas pelo Decreto nº 127/2011;
- XIV. Deverá identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas com recursos do convênio por meio de etiquetas, adesivos ou placas. Na identificação deverá constar, no mínimo, o número do convênio e menção à participação do Estado de Santa Catarina na execução do objeto conveniado (site www.scc.sc.gov.br/fundosocial).



- XV. manter atualizadas as informações do seu cadastro;
- XVI. garantir o livre acesso, a qualquer tempo, de servidores do concedente e dos órgãos de controle interno e externo quando da realização de fiscalização ou de auditoria, aos registros de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Convênio;
- XVII. arcar com quaisquer ônus de natureza, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes da execução deste Convênio;

DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

CLÁUSULA SÉTIMA – Os recursos de que trata a **CLÁUSULA SEGUNDA** serão transferidos à conta específica do Convênio em 06 (seis) parcelas, na forma estabelecida no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – É vedado ao concedente repassar recursos fora do prazo de vigência, bem como nas hipóteses de rescisão ou extinção do Convênio.

DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

CLÁUSULA NONA - Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados em Fundo de Aplicação de Curto Prazo ou operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal, com rentabilidade diária, aplicação e resgate automático.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As aplicações deverão ser direcionadas para os Fundos de Investimento classificados com Grau de Risco “Muito Baixo”.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser devolvidos ou aplicados no objeto deste Convênio e estão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA - O Convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado ao conveniente:

- I. alterar o objeto do Convênio;
- II. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- III. o pagamento, inclusive com os recursos da contrapartida, de gratificação, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do concedente, do conveniente e do interveniente;
- IV. utilizar os recursos em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- V. realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio;
- VI. o pagamento a fornecedor em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento;
- VII. realizar despesas com tarifas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- VIII. movimentar a conta corrente por meio de cheques, utilizar o cartão magnético nas funções crédito ou débito, e efetuar saques;



IX. realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

X. repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Não constitui alteração do objeto a ampliação ou redução dos quantitativos previstos no Plano de Trabalho, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizado pelo concedente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O Conveniente fica obrigado a informar no Módulo de Transferências do SIGEF as despesas realizadas, na forma do art. 56 do Decreto nº 127/11, e a apresentar a prestação de contas na forma dos artigos 63 a 64 do Decreto nº 127/11.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O conveniente fica obrigado a apresentar as prestações de contas parciais e a prestação de contas final, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do Convênio, conforme artigo 65 do Decreto nº 127/11.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O conveniente deverá enviar as respostas do questionário de avaliação do cumprimento da finalidade do Convênio (Anexo II) no prazo de apresentação da prestação de contas final;

DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O concedente deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio de forma a verificar a regularidade dos atos praticados e a execução do objeto, conforme o Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Quando o Convênio envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) o concedente deverá obrigatoriamente realizar fiscalização *in loco* a fim de aferir a regularidade na execução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O concedente deverá registrar no SIGEF o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os recursos liberados por meio deste Convênio estarão sujeitos a procedimentos de fiscalização *in loco* por parte do concedente, pela Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Este Convênio poderá sofrer alterações por meio de termo aditivo ou, nas hipóteses previstas no art. 43 do Decreto nº 127/11, por apostilamento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – As alterações deverão ser propostas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder o término da vigência do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As alterações de valor estão sujeitas aos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como à autorização pela Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC.

DA ASSUNÇÃO DO OBJETO PELO CONCEDENTE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Ocorrendo a paralisação da execução do objeto ou outro fato relevante a critério do concedente, este poderá assumir ou transferir a responsabilidade



por sua execução, de modo a evitar sua descontinuidade, sem prejuízo das penalidades a serem imputadas ao convenente pelo descumprimento parcial ou total deste Convênio.

DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS E DA PENALIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras, não aplicados no objeto pactuado, deverão ser devolvidos pelo convenente. A comprovação da restituição deverá ser feita pelo convenente ao concedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O convenente deverá restituir ao concedente, atualizado monetariamente desde a data do recebimento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data do inadimplemento:

- I. o valor integral dos recursos transferidos, quando:
 - a) não executado o objeto conveniado;
 - b) não atingida sua finalidade; ou
 - c) não apresentada a prestação de contas;

- II. o recurso, quando:
 - a) utilizado em desacordo com o previsto no convênio;
 - b) apurada e constatada irregularidade; ou
 - c) não comprovada sua regular aplicação.

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – A omissão no dever de prestar contas sujeita o convenente ao procedimento de Tomada de Contas Especial para ressarcimento dos valores repassados e julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Irregularidade na prestação de contas que importe dano ao erário sujeita o convenente a procedimento administrativo próprio para ressarcimento dos valores repassados e a julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

DA DENÚNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – O presente Convênio poderá ser denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, por qualquer dos partícipes, o que implicará em sua extinção antecipada, não os eximindo das responsabilidades e das obrigações originadas no período de vigência deste Convênio.

DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A rescisão deste Convênio ocorrerá quando constatado, a qualquer tempo:

- I - o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas;
- II - falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e



ESTADO DE SANTA CATARINA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CONCÓRDIA
GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

III - circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Quando da extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Este Convênio, bem como seus eventuais Termos Aditivos serão publicados em extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Este Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim de vigência em 30 de novembro de 2016.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - As questões decorrentes da execução deste Convênio, não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Concórdia.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos legais.

Concórdia-SC, 28 de junho de 2016.


WAGNER LUIS BEE

Secretário Executivo da Agência

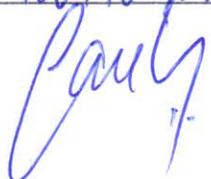
Desenvolvimento Regional de Concórdia


CLÁUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

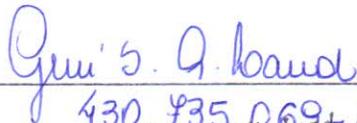
Nome: Paulo Passoni

CPF: 460196939-53



Nome: Geni's A. Brand

CPF: 430.435.069-34


Geni Salete Anselmi Brand
Supervisora de Desenvolvimento Humano
SDR - Concórdia / Ato 454/15
Matrícula 253451-7-01



Ano Base: 2016

Proponente 82.777.244/0001-40 MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Transferência 2016TR001677
Programa Transferência 2016006080 CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DO CENTRO DE LAZER
Unidade Gestora 750001 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia
Gestão 00001 Gestão Geral
Instrumento Transferência Convênio
Agência Banco do Brasil 05350-3
Data Início Execução 16/06/2016 **Data Término Execução** 30/11/2016
Data Início Evento **Data Término Evento**
Situação Em Publicação
Data Situação 28/06/2016

Descrição

Título Melhoria da Infraestrutura Turística
Objeto CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DO CENTRO DE LAZER - 320m²
Finalidade Construir, adquirir e reformar patrimônio público de forma a propiciar melhores condições de conforto e utilização aos seus usuários
Justificativa O Município de Presidente Castello Branco possui aproximadamente 1.759 habitantes localiza-se na região do alto Uruguai catarinense, região oeste de Santa Catarina fazendo divisa com os municípios de Concórdia e Jaborá. Presidente Castello Branco prepara-se para o turismo como base para o seu desenvolvimento. Os administradores entendem que devem desenvolver um turismo dentro dos critérios para o desenvolvimento sustentável. Foi perfurado um poço de águas termais por onde se esta fazendo o projeto do Balneário, onde desenvolveremos o turismo ligado as águas e que se diferenciará do que existe na região. Para isso desenvolve um programa para o turismo sustentável, envolvendo um plano de educação ambiental com formação de professores em educação sócio ambiental; capacitação de jovens em eco turismo e eco empreendedorismo; programas com clube de mães e idosos para o resgate cultural ligado a culinária típica e agricultura, estimulando o desenvolvimento da agroecologia. Nessa preparação a Prefeitura Municipal concentra esforços para a melhoria ambiental do centro da cidade. Iniciou-se um trabalho de arborização de ruas que já está quase concluído, a praça no entorno da Prefeitura Municipal e Secretaria da Educação. Dentro deste desenvolvimento estamos estruturando todos os nossos atrativos turísticos, desta forma já acontece no Município o Turismo rural, pesque e pague e Turismo Religioso. Conforme já informado anteriormente, o referido projeto é de grande importância turística para a região, visto que é inédito no Estado de Santa Catarina, pois trata-se da construção de uma piscina de ondas, com praia artificial. Sendo inédito e com o propósito de alavancar a economia do Município através do turismo interestadual, os recursos propostos para a viabilização do mesmo podem ser considerados módicos. O projeto é de extrema importância visto que o município esta investindo no turismo sustentável. Esta será a 3ª Etapa do referido Centro de Lazer.
Público Alvo Todos os habitantes e demais visitantes
Capacidade Técnica O município possui capacidade técnica e gerencial para acompanhamento do projeto
Local/Região Execução Presidente Castello Branco

Intervenientes

CNPJ
Nome
Natureza Jurídica
Telefone
E-mail
CPF Responsável
Nome Responsável
Obrigações



Ano Base: 2016

Recursos

Valor Global (R\$)	150.000,00
Contrapartida (%)	0,00
Valor Repasse (R\$)	150.000,00
Valor Contrapartida (R\$)	0,00
Valor Contrapartida Financeira (R\$)	0,00
Valor Contrapartida Bens e Serviços (R\$)	0,00

Demais Recursos

CNPJ
Nome Parceiro
Recurso
Valor (R\$)
Materiais/Bens/Serviços
Aplicação do Recurso

Total Demais Recursos (R\$)

Etapas/Tarefas

Descrição	Data Início	Data Fim
Construção da 3ª Etapa do Centro de Lazer - 320m²	16/06/2016	30/11/2016
Execução da 3ª Etapa do Centro de Lazer		

Despesas

Material/Serviço/Obra	Recurso	Unidade Medida	Qty.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Construção da 3ª Etapa do Centro de Lazer - 320m²	Financeiro	un	1,00	150.000,00	150.000,00

Recurso	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Total Financeiro (R\$)	0,00	150.000,00	150.000,00
Total Contrapartida Bens/Serviços (R\$)	0,00	0,00	0,00
Total (R\$)	0,00	150.000,00	150.000,00

Beneficiados

CPF
Nome
Endereço
Município
UF
Telefone



Ano Base: 2016

Cronograma**Total Contrapartida Financeira** 0,00

A contrapartida deverá ser aportada na conta corrente da transferência antes de cada repasse do concedente e de forma proporcional às parcelas previstas.

Despesa Despesas de Capital
Ano 2016

Mês	Repasse	Contrapartida
Janeiro	0,00	0,00
Fevereiro	0,00	0,00
Março	0,00	0,00
Abril	0,00	0,00
Maió	0,00	0,00
Junho	25.000,00	0,00
Julho	25.000,00	0,00
Agosto	25.000,00	0,00
Setembro	25.000,00	0,00
Outubro	25.000,00	0,00
Novembro	25.000,00	0,00
Dezembro	0,00	0,00
Total	150.000,00	0,00
Total Despesas Correntes (R\$)	0,00	0,00
Total Despesas de Capital (R\$)	150.000,00	0,00
Total Cronograma (R\$)	150.000,00	0,00

SEITEC

Tipo Fundo

Modalidade

Caracterização Serviço



Manifestação Proponente

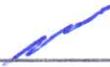
Na qualidade de representante legal do proponente, peço deferimento ao que ora é solicitado para desenvolver este Plano de Trabalho.

Concórdia, 28.06.2016

Local e Data

Claudio Sartori

Nome



Assinatura

Manifestação do Concedente

Deferido

Concórdia, 28.06.2016

Local e Data


Wagner Luis Bee
Secretário Executivo
Agência de Desenvolvimento
Regional Concórdia
Matrícula: 663.270-0
Assinatura

Indeferido

Local e Data

Assinatura

W



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO – SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 2016TR1677.

Contratante:	Secretaria de Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia.
Contratado:	Município de Presidente Castello Branco.
Objeto:	CLÁUSULA PRIMEIRA – este convênio visa à transferência de recursos financeiros para a execução do objeto: Construção da Terceira Etapa do Centro de Lazer – 320m ² , conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo conveniente e aprovada pela concedente, doravante denominada de Plano de Trabalho (anexo I) a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.
Data da Assinatura:	28/06/2016
Data da Vigência:	CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Este convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim de vigência em 30 de novembro de 2016.


Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Publicado o presente ato em 28/06/2016
no quadro mural do edifício sede da Prefeitura
Municipal, instituído pela L.O.M. Art. 21
Francieli Forquese
Sec. Mun. de Adm., Planejamento e Finanças